

Parecer Técnico

Ref: Questionamento ao edital licitação Concorrência nº 021/2017

Interessado: RALEDUC TECNOLOGIA e EDUCAÇÃO LTDA.

A interessada formulou o seguinte questionamento para o qual apresentamos a seguinte resposta:

1) A IMPUGNANTE pretende, através da presente impugnação, que seja feita a ANULAÇÃO do Item dos REQUISITOS FUNCIONAIS OBRIGATÓRIOS – PADRONIZAÇÃO/LINGUAGEM/SUORTE que diz: “O software deve ser proprietário” já que não há legislação que torne obrigatório esse requisito para a execução do objeto detalhado em edital, propiciando a ampla participação de licitantes sem perdas de economia em escala, além de realizar em sua plenitude os princípios da isonomia.

R: O uso de softwares livres demanda investimento em uma equipe técnica interna maior para acompanhar o conteúdo na plataforma, interface, ajustes.

Optou-se por licitar uma plataforma que não fosse de software livre devido as características e modelo de trabalho com EAD que é realizado pelo SENAR PR.

Curitiba, 26 de outubro de 2017.



Isabella do Carmo Noviski  
Gerência Técnica

**PARECER nº 119/2017- ASJUR/SENAR-PR**

**Interessado: GETEC**

**Assunto: Edital de licitação – Impugnação.**

**EMENTA:** Edital de licitação para contratação de plataforma para operação de cursos de EAD. Impugnação. Questionamentos sobre requisitos funcionais obrigatórios. Improcedência.

**I – Relatório**

Trata-se de impugnação protocolada pela empresa RALEDOC TECNOLOGIA e EDUCAÇÃO LTDA, em face do edital de Concorrência nº 021/2017, o qual tem por objeto o fornecimento de infraestrutura de ambiente virtual de aprendizagem para operação dos cursos de educação à distância realizados pelo SENAR-PR.

A licitação é do tipo técnica e preço, tendo sido estabelecidos pela área técnica demandante do SENAR-PR, para fins de avaliação técnica, requisitos funcionais obrigatórios (Anexo I) e requisitos pontuáveis (Anexo II).

Em síntese, a impugnação questiona exigência editalícia constante no Anexo I – Requisitos funcionais obrigatórios - Padronização / Linguagens / Suporte o qual estabelece que: “o software deve ser proprietário”. Segundo alega a empresa, a exigência deve ser excluída do edital uma vez que “*não há legislação que torne obrigatório esse requisito para a execução do objeto detalhado em edital*”.

É o relatório.

**II – Análise**

A Constituição Federal, ao versar sobre licitações públicas, estabeleceu, em seu art. 37, XXI, que somente poderão ser exigidas qualificações técnica e econômica indispensáveis ao cumprimento das obrigações:

“Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...)





XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, **o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.**” (Grifamos)

Acerca do vínculo de pertinência entre as exigências editalícias e a necessidade a ser atendida com a contratação, oportuna a lição de Marçal Justen Filho:

“No tocante à habilitação, é imperioso eleger o critério da “utilidade” ou “pertinência”, vinculado ao princípio da proporcionalidade, para elaboração dos editais. A insistência sobre esse ponto nunca é demais. Tem de interpretar-se a Lei 8.666 na acepção de que qualquer exigência a ser inserida no edital tem de apresentar-se como necessária e útil para aquele caso concreto. Isso significa, inclusive, reputar que o elenco da Lei contempla um limite máximo de exigências, não um limite mínimo. A Administração não é obrigada a exigir, no caso concreto, todos os requisitos de habilitação referidos nos arts. 27 e seguintes. Alguns são imprescindíveis em todos os casos. Mas há requisitos cuja exigência é facultativa, dependendo das circunstâncias. **Existe, portanto, margem de discricionariedade para a Administração. Caber-lhe-á adotar a melhor alternativa, o que significa dimensionar os requisitos de habilitação segundo as peculiaridades do contrato a ser executado.**”<sup>1</sup>

Conforme se observa, em matéria de exigências de habilitação, a entidade licitante dispõe de certa margem de discricionariedade para estipulá-las. Tal discricionariedade, contudo, não significa a fixação aleatória de requisitos de habilitação, mas deve ser compreendida como a margem de liberdade de que dispõe a entidade licitante para, sopesando a necessidade a ser atendida com a licitação, fixar exigências pertinentes e úteis visando ao melhor atendimento da necessidade.

<sup>1</sup> JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. 11. Ed. São Paulo: Dialética, 2005. p. 303 apud VARESCI, Julieta Mendes Lopes. Licitações e Contratos no Sistema “S”. 5ª ed. Curitiba: JML, 2012, p. 186.



Diante de tais premissas, observa-se que, no caso analisado, a área técnica demandante do SENAR-PR justifica a exigência “o software deve ser proprietário” pelo fato de que no caso de softwares livres, seria necessária uma equipe técnica interna ampliada para acompanhar todo o conteúdo da plataforma, interface e ajustes (parecer técnico anexo).

Consoante explicitado pela área demandante, o objetivo do SENAR-PR é a contratação de plataforma e dos respectivos serviços necessários para seu pleno funcionamento, de acordo com as características das atividades de EAD da instituição.

Assim, sopesada a necessidade da entidade, em contratar a plataforma e todos os serviços inerentes a seu pleno funcionamento, considera-se justificada a exigência ora impugnada uma vez que se destina a assegurar o adequado atendimento da necessidade da entidade.

Diante do exposto, manifesta-se essa Assessoria Jurídica pelo indeferimento da presente impugnação, pelas razões técnicas e jurídicas acima expendidas.

É o parecer, o qual se submete à apreciação e posterior deliberação pela Comissão Permanente de Licitação do SENAR-PR e do Superintendente da instituição.

Curitiba, 26 de outubro de 2017.

  
**Gabriela Lira Borges**  
**OAB/PR 68.860**  
**Assessoria Jurídica – SENAR/PR**